

TEOLOGIA SISTEMÁTICA

A TRADIÇÃO MANUSCRITA DO NOVO TESTAMENTO GREGO E A CRÍTICA TEXTUAL CONTEMPORÂNEA

*Prof. Dr. Paulo José Benício**

RESUMO

Diversas visões sustentam-se hoje em dia quanto à história e utilidade do tipo de texto representado pelo imenso volume de manuscritos mais recentes do Novo Testamento. Por isso é essencial solucionar a questão do estabelecimento do tipo de texto bizantino para todo estudante do Novo Testamento que está em busca de meios com o intuito de *avaliar a evidência externa para as leituras*. Seu juízo a respeito do valor e utilidade do texto bizantino pode, muitas vezes, vir a fazer toda a diferença na sua preferência por seguir a *leitura* impressa na sua edição do texto grego, ou por uma *leitura*, relegada pelos editores no aparato crítico. A pesquisa em que se pauta este artigo teve como alvo determinar razões válidas para empregar o tipo de texto bizantino, como *testemunha* antiga e independente do Novo Testamento. O presente artigo pressupõe a convicção de que tais razões existem, buscando apresentar bons argumentos para a inclusão do tipo de texto bizantino como mais uma *evidência externa* adicional às várias leituras do texto grego do Novo Testamento.

PALAVRAS-CHAVE:

Leitura, texto bizantino, texto grego, crítica, testemunha.

INTRODUÇÃO

Os historiadores, arqueólogos e teólogos dispõem hoje de, aproximadamente, de 5.500 manuscritos do Novo Testamento, quer parciais, quer completos, que podemos classificar em quatro modalidades básicas de texto. São eles o *cesareense*, o *ocidental*, o *alexandrino* e o *bizantino*. Os críticos tex-

* O autor é doutor em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre em Teologia pela STH (Basileia, Suíça), Atualmente, ministra aulas no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

tuais que buscam recuperar os *autógrafos* (documentos originais) do Novo Testamento Grego têm lançado mão de dois tipos centrais de texto, a saber: o alexandrino e o bizantino.¹

No século IX, vários foram os estudiosos que deram continuidade aos esforços de Brooke Foss Westcott e Fenton John Anthony Hort, privilegiando o texto alexandrino, não obstante a ferrenha oposição de John William Burgon, principal defensor do tipo de texto bizantino. A teoria de Westcott-Hort (WH, daqui em diante) baseia-se em argumentos divididos em cinco grupos, a saber: a genealogia, a confluência, o silêncio dos Pais, a recensão luciânica e a evidência interna de leituras. Propomo-nos aqui avaliar todas essas bases, aproveitando principalmente as pesquisas de Burgon.

De início, não pretendemos defender nenhum posicionamento inflexível, a favor ou contra este ou aquele tipo de texto. O que desejamos, ao questionar as teorias de WH, é despertar a atenção do estudioso para a utilização do texto bizantino na avaliação das variadas leituras dos textos gregos atualmente editados.

I. OS DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS DO NOVO TESTAMENTO GREGO

Diversas opiniões têm sido sustentadas no que diz respeito à classificação da imensa quantidade de manuscritos do Novo Testamento disponíveis. Daí considerar-se o texto bizantino de essencial importância para qualquer estudioso atento às pesquisas mais recentes.

Antes de mais nada, é necessário entender que *bizantino* diz respeito ao tipo recente de texto, caracterizado em sua grande maioria pelos *unciais* (maiúsculos), *semi-unciais* e *minúsculos* gregos do Novo Testamento.² Ele também é o tipo de texto encontrado na Peshitta Síriaca, nas versões góticas e nas extensas citações dos Pais da Igreja,³ a partir de Crisóstomo. Seu nome provém de onde se origina a maioria dos manuscritos desse tipo – o Império Bizantino. É nele que se baseia, entre outras, a versão da Bíblia para a língua portuguesa feita por João Ferreira de Almeida e editada pela Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

¹ Os principais manuscritos do Novo Testamento Grego são: 1) unciais letrados: Alef – Sinaítico (século IV); A – Alexandrino (século V); B – Vaticano (século IV); C – Ephraemi Syri Rescriptus (século V); D – Bezae Cantabrigiensis (século V / VI); 2) papiros: p⁴⁵ – Chester Beatty (século III); p⁴⁶ – Chester Beatty (c. 200 d.C.); p⁴⁷ – Chester Beatty (século III); p⁶⁶ – Bodmer II (c. 200 d.C.); p⁷⁵ – Bodmer XIV-XV (século III).

² O texto *bizantino* recebe diferentes denominações, entre elas: *siriaco* (WH), *oriental* (Semler), *asiático* (Bengel) e *tradicional* (Burgon).

³ Enquanto a tradição católica usa o termo *Padres da Igreja*, a Igreja Protestante chama de *Pais* os antigos escritores cristãos, especialmente aqueles situados até o século V d.C.

O texto bizantino nem sempre tem gozado de prestígio, em especial pelo que tem sido considerado o seu principal representante: o *textus receptus* (a segunda edição impressa do Novo Testamento Grego preparada por Boaventura e Abraão Elzevir, na Holanda, em 1933). A maior parte dos estudiosos concorda em afirmar ser o *textus receptus* oriundo de manuscritos gregos medievais, em sua maioria bizantinos. Contudo, eles o criticam por acharem que se encontra demasiadamente distante dos autógrafos.

A quebra do privilégio atribuído ao *textus receptus* ocorreu no século XIX, por meio dos trabalhos de *colação* (confrontação ou comparação de determinado tipo de texto com outro) e edição efetuada por L. Constantine von Tischendorf. As pesquisas de WH⁴ constituíram o clímax dessa ruptura, assumindo, desde então, o seu texto o lugar do *textus receptus*.⁵

A rejeição ao *textus receptus*, contudo, não foi unânime entre os eruditos, e algumas vozes levantaram-se, como a de John William Burgon,⁶ que veementemente criticou a teoria de WH. A partir de então, destacaram-se duas linhas principais e diametralmente opostas com relação ao texto bizantino: aquela acolhedora de WH e a que acatava o posicionamento de Burgon.

Uma terceira atitude envolve o que se poderia chamar de *abordagem eclética* – a não preferência por nenhum tipo particular de texto e o não favorecimento de qualquer manuscrito. Aqueles que lançam mão desse método tendem a considerar as diversas leituras existentes, independentemente de sua origem. O julgamento é feito no âmbito das leituras, com base em critérios internos, com o objetivo de identificar o texto mais próximo do original. Esse tipo de abordagem, ainda que com o objetivo de envolver todas as leituras, revela-se certamente subjetivo, pois, de certa forma, fica a critério do exegeta a escolha das variantes.

Contudo, mesmo em meios ecléticos, o texto bizantino não tem sido levado em consideração pela maior parte dos críticos. Considere-se, a título de exemplo, a posição de J. Harold Greenlee, que, mesmo admitindo a possibilidade de, em alguns casos, as leituras bizantinas não deverem ser rejeitadas automaticamente sem um exame acurado, escreve categoricamente: “a

⁴ F. J. A. Hort e B. F. Westcott foram líderes anglicanos de grande influência nas últimas décadas do século XIX. Westcott foi bispo em Durham, e Hort lecionou em Cambridge. Os comentários, na área do Novo Testamento, escritos por Westcott, são considerados, ainda hoje, clássicos da literatura cristã (cf. Pickering, 1980, p. 212).

⁵ Um lúcido sumário deste período de transição e da suplantação do *textus receptus* pode ser examinado em Colwell, 1952, p. 16-39.

⁶ Decano de Chichester, foi um dos grandes defensores do texto bizantino, que se dedicou ao seu estudo, especialmente, nas últimas décadas do século XIX (cf. Metzger, 1992, p. 135).

impressão geral dada por leituras fundamentalmente bizantinas é de caráter inferior e, provavelmente, não original” (Greenlee, 1964, p. 91).

A crescente ascensão da abordagem eclética, vinculada à também crescente ênfase nos critérios internos para escolha de variantes, tem feito surgir certa dose de desencanto com relação aos principais elementos da teoria de WH, não obstante o texto bizantino ainda continuar sendo genericamente desconsiderado.

II. AS TEORIAS DE WESTCOTT E HORT

Ao que tudo indica, há um consenso geral, entre os modernos críticos do Novo Testamento Grego, no que diz respeito à inutilidade do texto bizantino para a recuperação dos autógrafos do livro sagrado. Essa posição encontra seu fundamento em uma teoria secular, que afirma ser o texto bizantino oriundo de textos mais antigos.

WH (1882, p. 150-1), principais mentores dessa postura, defendiam a idéia da restauração do melhor texto do Novo Testamento Grego em dois manuscritos maiúsculos do século IV d.C. – o Sinaítico (Alef) e o Vaticano (B). Eles o denominaram texto *neutro*, destacando a sua pretensa ancestralidade, pureza e preeminência. Além disso, eles partiam do pressuposto de que havia ocorrido uma revisão erudita desse texto, alcunhando-o de *alexandrino* (WH, 1882, p. 210-2). Hoje em dia, em geral, os críticos neotestamentários não sustentam essa diferença entre os textos neutro e alexandrino, procurando reunir os manuscritos de ambos em um só grupo. Afirmam que a coleção completa de *testemunhas* (manuscritos, versões ou citações patrísticas que confirmam ou contrariam determinada variante) representa uma modalidade de texto alexandrino, também chamado de *egípcio*. A existência desse texto na Antigüidade é comprovada por citações de Orígenes das versões egípcias e, mais particularmente, pelo papiro, mais conhecido como p⁷⁵.

Outro tipo de texto também considerado antigo por WH (e por outros estudiosos da área) é o denominado *ocidental*. Muito embora esse texto seja menos homogêneo do que o alexandrino, a sua idade não é questionada, pelo fato de haver uma ampla atestação proveniente da era patrística, que apresenta um número ainda maior de testemunhas, ainda mais antigas, do que as do alexandrino. WH pouco valorizaram o texto ocidental e asseveravam ser ele corrupto e indigno de confiança, salvo em alguns casos de omissão.⁷ Atualmente, a opinião dos eruditos varia consideravelmente. Muitos se dispõem a conceder um espaço mais amplo às leituras do texto ocidental, contrapondo-

⁷ WH cognominaram estas omissões de “interpolações não-ocidentais”. Para um aprofundamento neste assunto, ver WH, 1882, p. 234-237.

se a WH; outros estão convictos de que esse tipo de texto preserva os autógrafos mais fielmente do que o egípcio. De qualquer forma, a maioria dos estudiosos do Novo Testamento Grego parece asseverar que as leituras de ambos os textos são mais antigas do que as do bizantino.⁸

WH apresentaram alguns argumentos fundamentais, que, de uma forma ou de outra, continuam sendo utilizados, com o intuito de demonstrar que o texto bizantino é oriundo dos outros tipos de texto. Esses argumentos serão expostos e discutidos a seguir.

II.I O ARGUMENTO CONCERNENTE À GENEALOGIA

Esta hipótese reivindica que todos os manuscritos de um mesmo tipo de texto, não importando quão numerosos possam ser, descendem de um único *arquétipo* (exemplar padrão). Em conseqüência, somente a forma do arquétipo deve ser levada em consideração, tornando-se assim uma única testemunha, que concorre somente com as testemunhas-modelo únicas dos outros tipos de texto. Este argumento, fundamentado em um diagrama genealógico hipotético, elimina, efetivamente, na visão de WH (1882, p. 57), o problema da superioridade numérica do texto bizantino, defendendo a prática da classificação das numerosas testemunhas manuscritológicas existentes em quatro grupos principais: neutro, alexandrino, ocidental e siríaco.

II.II O ARGUMENTO DA CONFLAÇÃO

Conflação é a combinação de leituras de duas ou mais fontes documentais. Ela era reputada como prevalecente entre manuscritos da era bizantina, não ocorrendo, todavia, em documentos alexandrinos e ocidentais. Este argumento supõe ser o texto bizantino de idade recente, havendo surgido das combinações de leituras dos tipos de texto mais antigos.

WH (1882, p. 93-104) listaram oito exemplos de leituras de conflação, sendo quatro em Marcos e quatro em Lucas.⁹ Nesses exemplos, as leituras dividem-se em três variantes. Uma variante é atestada por testemunhas alexandrinas; outra, por ocidentais; e a terceira combina as duas leituras menores, originando assim uma leitura maior, que é a das testemunhas bizantinas.¹⁰ O últi-

⁸ Outro grupo de estudiosos ainda fala de um quarto tipo de texto, o chamado cesarense. Descoberto mais tarde do que os anteriores a partir do estudo do grupo de manuscritos de Lake ou família 1, esta forma textual possui um número reduzido de leituras próprias e apresenta afinidades com os textos alexandrino e ocidental (cf. Metzger, 1992, p. 214-215).

⁹ As oito passagens dos Evangelhos são: Mc 6.33; 8.26; 9.38,49; Lc 9.10; 11.54; 12.18; 24.53.

¹⁰ As diversas testemunhas para as diferentes formas de texto podem ser encontradas em Aland & Aland, 1982, p. 60-81; Kümmel, 1966; p. 722-731; Metzger, 1992, p. 211-219; e Zimmermann, 1982, p. 39-40.

mo dos oito exemplos citados (Lc 24.53) pode ser usado como ilustração (cf. Pickering, 1980, p. 180):

VARIANTES TEXTUAIS	TESTEMUNHAS	TIPOS DE TEXTO
<i>ainoûntes</i> (louvando)	D it ^{pt}	Ocidental
<i>eulogoûntes</i> (abençoando)	p ⁷⁵ Alef B C L cop sy ^{s, pal}	Alexandrino
<i>ainoûntes kai eulogoûntes</i> (louvando e abençoando)	Byz A C ² K W X Q P Y 063 1 13 pl it ^{pt} vg sy ^{p, h} <i>Diatessaron</i>	Bizantino

Assim, de acordo com o argumento e o exemplo expostos, os editores bizantinos possuiriam manuscritos com a leitura do texto ocidental *ainoûntes* (“louvando”) e também manuscritos do texto alexandrino *eulogoûntes* (“abençoando”). Uma vez que se desejava nada pôr a perder, combinavam-se as duas leituras. Assim, a leitura mais longa parecia demonstrar a época menos remota do texto bizantino e o método de seus editores.

II.III O ARGUMENTO REFERENTE AO SILÊNCIO DOS PAIS DA IGREJA

Há citações nos escritos dos Pais da Igreja que fundamentam o texto alexandrino (especialmente as de Orígenes), e muitos Pais da Igreja também dão testemunho do texto ocidental. WH (1882, p. 115) sustentaram que nenhum testemunho há, por parte desses Pais, do texto bizantino, antes da metade do quarto século d.C. E se não foi usado ou citado, conclui-se, logicamente, que ele não pode ter existido naquela época.

II.IV O ARGUMENTO DA RECENSÃO LUCIÂNICA

O texto bizantino, de acordo com WH (1882, p. 137), foi alvo de um processo de criticismo deliberado, efetuado entre os anos 250 e 350 d.C. Como se sabe, a recensão refere-se a um trabalho de revisão e edição textual. O argumento diz respeito às correções empreendidas por Luciano, especialmente acréscimos textuais visando ao seu aperfeiçoamento.

II.V O ARGUMENTO DA EVIDÊNCIA INTERNA DE LEITURAS

Tal evidência acha-se alicerçada em dois tipos de probabilidade: a *intrínseca* e a *de transcrição*. A probabilidade intrínseca orienta-se na direção do autor: que leitura mais lhe parece fazer sentido e é mais adequada ao contexto, conformando-se ao seu estilo e propósito. A probabilidade de transcrição diz respeito ao copista: que leitura pode ser atribuída ao seu descuido ou à sua ineficiência. Não levando em consideração os erros involun-

tários, presumivelmente, foram as mudanças deliberadas que originaram os dois mais importantes cânones do criticismo textual: *brevior lectio potior*, isto é, “a leitura mais curta deve ser a preferida”, assumindo-se a propensão do escriba para adicionar material ao texto; e *proclivi lectioni praestat ardua*, ou seja, “a leitura mais difícil deve ser a preferida”, assumindo-se a tendência do escriba para tentar simplificar o texto ao ser confrontado com uma suposta dificuldade.

Com fundamento nessas considerações, WH (1882, p. 115-116) declaram ser o texto bizantino caracterizado por lucidez e inteireza, aparente simplicidade e assimilação harmônica, uma vez que as suas leituras, com raras exceções, correm lisa e facilmente, produzindo um sentido aceitável para o leitor.

Ao rejeitarem o texto bizantino, conseqüentemente, os seguidores de WH, almejando restaurar a verdadeira leitura do Novo Testamento Grego, realizam a sua tarefa procurando combinar as testemunhas não bizantinas. Se tais testemunhas dividem-se, a leitura verdadeira deve ser encontrada no tipo de texto alexandrino. Se há desacordo, essa leitura pode ser encontrada no ponto em que dois autores Alef e B coincidem. Em caso de divergência, a leitura correta será aquela em que B e pelo menos mais uma testemunha estão de acordo. E, em certas ocasiões, somente B é seguido. Contudo, uma leitura não pode ser atestada, sob hipótese alguma, considerando-se somente o volume de manuscritos bizantinos, mesmo se forem eles o único recurso disponível.

III. A CRÍTICA ÀS TEORIAS DE WESTCOTT E HORT

III.1 A GENEALOGIA

Já mencionamos alhures não somente a definição de WH (1882, p. 57) referente à genealogia, como também a suposta utilização desse método por eles. Eruditos, como E. C. Colwell (1969, p. 111-112), não parecem, todavia, aceitar o método da genealogia, nem muito menos acreditar que WH realmente puderam aplicá-lo na restauração dos escritos do Novo Testamento, uma vez que a maior parte dos seus argumentos nesse sentido foram de caráter hipotético. Assim, como poderiam falar de simples “ambigüidades ocasionais na evidência das relações genealógicas”, ou ainda afirmar que os resultados textuais advindos dessas relações são perfeitamente certos, quando não demonstraram a existência de quaisquer das alegadas relações – muito menos com “perfeita certeza”? (WH, 1882, p. 63).

Outro desafio à aplicação do método genealógico aos manuscritos do Novo Testamento Grego surge da presença quase universal da chamada

mistura, isto é, a combinação de leituras de tipos de texto diferentes nestes manuscritos.

Apesar das dificuldades, o método genealógico, desde WH até os nossos dias, tem sido empregado canonicamente na restauração dos livros do Novo Testamento.

III.II CONFLAÇÃO

Leituras de confluência têm sido um dos principais sustentáculos das teorias de WH, para demonstrar que o texto siríaco é mais recente do que os outros tipos de texto (cf. Metzger, 1992, p. 131). Essas confluências levaram à conclusão de que as mudanças textuais haviam ocorrido em uma direção, a saber, do texto siríaco que, por sua inteireza, seria resultado de manuscritos alexandrinos e ocidentais, e, por isso, um texto de leituras mais recentes (WH, 1882, p. 106). Aliás, para os defensores das teorias de WH, quando o texto bizantino apresenta-se mais longo, isso sinaliza uma confluência; quando se mostra mais curto, isso caracteriza uma redução ou resumo. Foi elaborada ainda uma terceira conclusão: já que os editores siríacos usaram os manuscritos alexandrinos e ocidentais na elaboração das confluências, eles devem ter feito uso livre deles na editoração dos seus textos.

John William Burgon (1883, p. 258) recusou esses argumentos com veemência, por não dizerem respeito àquilo que realmente poderia ser classificado como confluência, sem mencionar o fato de os exemplos serem muito poucos para sustentarem uma teoria tão abrangente.

Em linhas gerais, a crítica de John William Burgon possui seu valor, mas ela também não justifica, por outro lado, assumirmos uma posição inflexível, afirmando que as leituras de confluência sejam necessariamente as originais.¹¹ A evidência existente, no momento, patenteia que tais leituras não são uma prova de edição recente, devendo, na verdade, remontar ao século II d.C. Se aceitarmos isso como verdadeiro, mesmo para algumas leituras de confluência, torna-se inválida a utilização de alguns dos exemplos apontados, no intuito de provar ser o texto siríaco resultado de um recente processo editorial. Algumas confluências bizantinas têm demonstrado ser de idade antiga. Ainda que não seja tão comum encontrarmos leituras semelhantes ao exemplo de confluência no texto siríaco, na realidade, existem outras além das reconhecidas por WH.

Em Jo 10.19, por exemplo, a divisão de manuscritos atestando as diversas leituras constitui um corte tão evidente, em termos de tipos de textos,

¹¹ Estudando os exemplos de confluência dados por WH, J. W. Burgon procurou provar que os textos alexandrino e ocidental seriam um resumo do texto tradicional (cf. Burgon, 1883, p. 258-265).

quanto em Lc 24.53, um dos exemplos dados por WH (cf. Pickering, 1980, p. 180). Analisemos esse exemplo a partir do quadro a seguir (cf. Sturz, 1984, p. 84, 151):

VARIANTES TEXTUAIS	TESTEMUNHAS	TIPOS DE TEXTO
<i>skhísma/oûn</i> (divisão/portanto)	D 1241 r ¹ sy (bo)	Ocidental
<i>skhísma/pálin</i> (divisão/de novo)	p ⁴⁵ p ⁷⁵ Alef B L W X 33 157 213 249 lat sa arm; WH	Alexandrino
<i>skhísma/oûn/pálin</i> (divisão/portanto/de novo)	p ⁶⁶ A G D Q L P y unc ⁷ l f pl (bo) sy ^p Chr Cyr Ks	Bizantino

Em Jo 10.31, há outra divisão dos textos, não menos clara, na qual estão envolvidos quatro tipos (cf. Sturz, 1984, p. 84, 151):

VARIANTES TEXTUAIS	TESTEMUNHAS	TIPOS DE TEXTO
<i>ebástassan</i> (pegaram)	p ⁴⁵ Q (co) (vg)	Cesarense
<i>ebástassan/oûn</i> (pegaram/portanto)	D f 28 1780 pc (lat) (co)	Ocidental
<i>ebástassan/pálin</i> (pegaram/de novo)	(p ⁷⁵) Alef B L W 33 go (sa) (sy) Ath Aug; WH	Alexandrino
<i>ebástassan/oûn/pálin</i> (pegaram/portanto/de novo)	p ⁶⁶ A X P unc ^{rell} l 565 pl (sy) Ks	Bizantino

Exemplos como esses teriam sustentado as teorias de WH referentes à confluência se eles tivessem sido trazidos à tona na sua época. Hoje em dia, não mais auxiliam esse tipo de teoria, pois cada uma dessas leituras de confluência já possui seu suporte em papiros antigos. No texto de Jo 10.19, enquanto p⁴⁵ e p⁷⁵ abalizam a leitura alexandrina, o que se lê no p⁶⁶, o papiro mais antigo, é: *skhísma/oûn/pálin*. Em Jo 10.31, a leitura de confluência é fundamentada por p⁶⁶, e a menor, *ebástassan*, por p⁴⁵. Se p⁷⁵ alicerça qualquer uma dessas leituras, aparentemente, a alexandrina será a mais correta: *ebástassan/pálin*.

A confluência também não se limita ao texto bizantino, como afirmaram WH (1882, p. 106). Cl 3.17 seria até um exemplo daquilo que eles chamariam de confluência – se ele fosse encontrado no texto siríaco; contudo, esse exemplo acha-se no maiúsculo Alef (cf. Sturz, 1984, p. 85):

VARIANTES	TESTEMUNHAS
<i>Kyriou Iessoû</i> (do Senhor Jesus)	B <i>pl</i> Byz
<i>Iessoû Khristoû</i> (de Jesus Cristo)	A C D ^{gr} F ^{gr} G ^{gr}
<i>Kyriou</i> (do Senhor)	L
<i>Kyriou Iessoû Khristoû</i> (do Senhor Jesus Cristo)	Alef vg ^c (Cl) Ant

Cl 1.12 é mais um trecho que evidencia o fenômeno da confluência fora do texto siríaco; dessa feita, o exemplo encontra-se no uncial B (cf. Sturz, 1984, p. 87):

<i>tôi hikanóssanti</i> (ao que qualificou)	p ⁴⁶ Alef A C D ^c E K L P <i>pl</i> ; W H
<i>tôi kaléssanti</i> (ao que chamou)	D * F G <i>pc</i> d e f m
<i>tôi kaléssanti/kai/hikanóssanti</i> (ao que chamou/e/qualificou)	B

Assim, se aplicar os princípios de WH a essas passagens, o exegeta terá de admitir que – uma vez que um texto representado pelos principais unciais (Alef e B) posiciona-se em linha de confluência com outros textos – eles teriam de ser mais recentes, e os demais de época anterior.

III.III O SILÊNCIO DOS PAIS

Um dos argumentos mais veementes de WH diz respeito à ausência de evidência patrística no texto bizantino. Na verdade, a aparente falha dos mais antigos Pais, não citando o texto siríaco até a época de Crisóstomo,¹² foi tomada como prova irrefutável da não-existência desse tipo de texto. Todavia, é preciso considerar que algumas dessas citações têm sido encontradas mais recentemente, como suporte de leituras bizantinas. O problema é que, ao serem analisadas, elas geralmente têm sido rejeitadas, como evidência para a existência, seja do texto siríaco, seja da leitura em questão, desde a Antigüidade. O que se afirma é que os textos dos Pais foram assimilados à norma bizantina, por escribas bizantinos, à medida que eles copiavam os manuscritos (WH, 1882, p. 110-111). Assim, argumentou-se ainda que a citação de um antigo Pai só pode ser considerada segura se ela não concordar com a *koiné*.

Ainda que alguma assimilação dos textos dos Pais à norma bizantina tenha de fato ocorrido, não existe a menor dúvida de que leituras bizanti-

¹² João Crisóstomo (o Boca de Ouro), falecido em 407 d.C., foi até 397 pregador na Igreja de Antioquia (cf. Altaner & Stuiber, 1972, p. 324-325).

nas foram atestadas pela patrística antes de Nicéia (325 d.C.). Vários exemplos disso podem ser arrolados: Lc 10.21, Clemente de Alexandria; Lc 12.5, Tertuliano; Lc 12.22, Clemente de Alexandria; Lc 12.31, Clemente de Alexandria e Marcião; Jo 2.24, Orígenes. Orígenes também atesta: Jo 4.31 e Jo 13.26. Nas epístolas, é possível identificar os seguintes exemplos de evidência patrística: Rm 10.14, Clemente de Alexandria; 1 Co 4.11, Clemente de Alexandria e Orígenes; 1 Co 5.10, Orígenes; 1 Co 7.5, Orígenes; 1 Co 7.7, Orígenes; 1 Co 9.21, Orígenes; Ef 2.12, Orígenes e Tertuliano; Fp 1.14, Marcião; Hb 11.32, Clemente de Alexandria; I Pe 2.5, Clemente de Alexandria e Orígenes (cf. Sturz, 1984, p. 79).

Diante disso, mesmo admitindo ser Crisóstomo o mais antigo Pai da Igreja, cujos escritos contêm substancial citação antioquena, algumas observações devem ser feitas no que se refere ao argumento sobre o silêncio dos Pais mais antigos.

Em primeiro lugar, esse argumento não pode ser considerado relevante, ou prova contundente de antigüidade ou não, com base exclusivamente no próprio *silêncio*, ou seja, na falta de citações. A lógica clássica nos permite concluir que, se A é B, e C é A, então C é B. Mas se C não é A, não se pode concluir, com certeza, que C não seja A.

Em segundo lugar, invocam-se Pais de localidades não siríacas. Ora, um dos valores fundamentais de um Pai da Igreja é justamente correlacionar o tipo de texto corrente ao seu local de origem, uma vez que sua época e residência sejam conhecidos. Assim, Irineu morava na Gália e usava o texto ocidental; Orígenes é um dos pilares para os textos alexandrino e cesareno, já que ele viveu em ambos os lugares. Não é, pois, de esperar que esses Pais dêem testemunho de um tipo de texto usado (ou não usado) em Antioquia, quando eles provinham de locais relacionados com outros tipos de texto. Em outras palavras: se Irineu viveu no século II d.C. e Orígenes, no terceiro, o fato de as citações de Irineu não abalizarem os textos utilizados por Orígenes mais tarde no Egito não pode ser prova de que esse tipo de texto alexandrino não existisse antes de Orígenes.

Em terceiro lugar, esse argumento está em estreita relação com Antioquia. Defensores da teoria de WH afirmam que Crisóstomo é o Pai mais antigo a usar o texto bizantino. Contudo, eles normalmente esquecem não haver Pais antioquenos antigos, cujos remanescentes literários sejam suficientemente extensos, a ponto de suas citações do Novo Testamento serem analisadas no que se refere ao tipo de texto que abalizam.

O argumento vinculado ao silêncio dos Pais tem recebido mais peso do que ele realmente pode suportar. Como poderiam Pais de outras áreas, usando outros tipos de textos locais, ter condições de testemunhar o texto antioqueno (bizantino)? Como se poderia esperar que o texto antioqueno fosse atestado

por Pais que nos legaram poucos escritos (ou mesmo nenhum)? Pode-se acrescentar ainda que, já que o objetivo das citações era teológico (e não crítico), os Pais freqüentemente alteravam leituras que não se moldavam aos seus propósitos dogmáticos. Assim, dificilmente se pode ter certeza de que determinado Pai esteja citando um manuscrito fiel ao texto posto diante dele.

Finalmente, deve-se deixar claro que os papiros que fundamentam leituras bizantinas e os *alinhamentos bizantino-ocidentais*¹³ fornecem testemunho mais confiável da existência dessas leituras na Antigüidade do que as alegadas citações de recentes cópias dos “antigos Pais”.

III.IV A RECENSÃO LUCIÂNICA

Johann Leonhard Hug postulou três recensões no século III d.C.: uma efetuada por Orígenes, na Palestina; outra realizada por Hesíquio no Egito; e outra ainda, encabeçada por Luciano, em Antioquia (Metzger, 1992, p. 123). WH rejeitaram certos aspectos da teoria de Hug – especialmente o da recensão hesiquiana (incluindo Alef e B). Todavia, aceitaram que Luciano, de fato, submeteu o texto siríaco a um trabalho de revisão crítica (cf. Metzger, 1992, p. 141).

B. M. Metzger concede certo crédito a esta teoria, embora admita ser “nebulosa” sua ligação com o texto bizantino. Pela carência de evidências históricas, informações tangentes à recensão luciânica restringem-se aos “manuscritos que, supostamente, a contêm”. Quanto a isso, B. Metzger afirma:

Nada nos é dito quanto à importância da revisão que ele levou a cabo quer no Antigo, quer no Novo Testamento, no que concerne à natureza dos manuscritos por ele consultados, no que se refere à relação deste trabalho com a Héxapla e outros problemas similares. Para termos informação sobre tais problemas, devemos voltar para os manuscritos que se pensa que contêm a recensão luciânica (Metzger, 1963, p. 6-7).

O silêncio da história tem sido uma importante evidência externa de que tal recensão nunca ocorreu. Diante da ausência de testemunhos coerentes, diz J. W. Burgon: “É simplesmente impossível que um acontecimento de

¹³ No sexto capítulo de sua obra (p. 70-76), Sturz defende a tese de que “alinhamentos bizantino-ocidentais” remontam, independentemente, ao século II d.C., havendo-se originado no Oriente; ou seja: papiros egípcios atestam a existência de leituras no lado oriental do Império Romano, nas quais testemunhas bizantinas e ocidentais concordam e, ao mesmo tempo, opõem-se às alexandrinas. A defesa de WH de que tais alinhamentos bizantino-ocidentais não são evidências de peso, porque o texto bizantino foi parcialmente formado por manuscritos ocidentais, tem, realmente, sido revertida, pelo fato de tais alinhamentos evidenciarem que esse texto preservou uma forma bastante antiga e usada no Oriente, antes mesmo de adotada no Ocidente.

tal grandeza e interesse não deixasse qualquer vestígio na história” (Burgon, 1883, p. 293).

Esse argumento do silêncio é frágil por várias outras razões ainda. Primeiramente, se o silêncio é inexplicável, não era de esperar uma forte reação pela reposição de todo o Novo Testamento Grego? Em segundo lugar, o silêncio é *total* – não há qualquer registro de uma recensão que tenha como resultado a superação do texto de Antioquia.

III.V A EVIDÊNCIA INTERNA DE LEITURAS

No que tange à evidência interna de leituras, fator predominante para a opção pelo texto neutro, em detrimento do ocidental e do alexandrino, os próprios WH reconheceram os empecilhos. No seu parecer, a busca de um fundamento original pode levar a conclusões contraditórias, uma vez que se pode partir de fontes diversas.

As dificuldades concernentes à evidência interna também têm sido alvo de atenção quando se discute o ecletismo. Entre outros eruditos, W. N. Pickering (1980, p. 78), no que diz respeito ao uso da probabilidade intrínseca e à utilização daquela concernente à transcrição, também concorda em afirmar que esses critérios geralmente se chocam, porque antigos escribas e modernos editores têm evidenciado preferência pela leitura que melhor se acomoda ao contexto. Isso, obviamente, deixa o crítico textual livre para escolher as variantes, de acordo com o seu próprio julgamento. J. W. Burgon (1896, p. 67), aludindo a considerações internas, afirmou que, em geral, são de caráter subjetivo e não poucas vezes contraditório.

III.VI A LEITURA MAIS CURTA

Provavelmente, o cânon mais largamente utilizado contra o texto bizantino seja *brevior lectio potior*, ou seja, a leitura mais curta é que deve ser a preferida. A própria base desse cânon encontra-se em WH (1882, p. 235), ao dizerem que tanto no Novo Testamento como em quase todos os escritos prosaicos copiados há corrupções por interpolação, muitas vezes mais numerosas do que corrupções por omissão. Sendo assim, eles afirmavam que o *textus receptus* era caracterizado por interpolações, o que não acontece com o B e o Alef.

Contudo, até que ponto é realmente verdadeiro afirmar-se que interpolações são muitas vezes mais numerosas do que omissões na transmissão do Novo Testamento? Não somente críticos, em épocas mais recentes, respondem negativamente a isso, como ainda na época de WH, J. W. Burgon (1896, p. 156) destacou o fato de que as omissões voluntárias ou involuntárias dos escribas eram mais prováveis, do que acréscimos a um estilo conciso, em uma época posterior, visando à inteireza e lucidez.

E. C. Colwell (1969, p. 112, 116, 118, 119, 123), o qual publicou um tratado ímpar sobre os hábitos dos escribas, particularmente dos antigos papiros p⁴⁵, p⁴⁶ e p⁷⁵, concordaria inteiramente com isso. Colwell demonstrou que nunca se poderiam fazer generalizações sobre os hábitos dos escribas. Afirmou ainda que idéias sobre variantes textuais e tipos de texto fundamentados em tais generalizações são totalmente inválidos.

III.VII A LEITURA MAIS DIFÍCIL

Outro cânon usado contra o texto bizantino é *proclive lectioni praestat ardua*, que dá preferência à leitura mais difícil. A base para esse cânon acha-se na suposta propensão dos escribas para simplificar ou modificar o texto quando eles se deparavam com uma dificuldade ou com algo que não entendiam.

São oportunas, nesse sentido, as observações de B. Metzger, no seu comentário referente a Jerônimo:

Jerônimo queixou-se de copistas que anotavam não aquilo que encontravam, mas aquilo que pensavam ser o significado e, enquanto tentavam retificar os erros de outros, simplesmente acabavam expondo os seus próprios (Metzger, 1992, p. 195).

Percebe-se, por essa observação, que é possível fazer conjecturas sobre o que parecem ser leituras mais difíceis; na verdade, porém, tais leituras acabam sendo avaliadas como espúrias. O mesmo erudito, após narrar um incidente ocorrido na Assembléia dos Bispos de Chipre, em 350 d.C., conclui:

Apesar do cuidado de autoridades eclesiásticas da índole do Bispo Esperidião, parece que, mesmo através de um exame casual do aparato crítico, escribas, diante de erros reais ou imaginários de soletração ou de fatos históricos, deliberadamente, introduziram mudanças naquilo que estavam transcrevendo (Metzger, 1992, p. 196).

De qualquer modo, o fato de muitos, no século II d.C., terem, deliberadamente, efetuado mudanças no texto, levanta uma certa gama de problemas. Isto é, uma vez que alguém se acha no direito de adulterar o texto, inclusive por razões de ordem doutrinária, não nos parece possível avaliar a dificuldade ou facilidade deste resultado, pelo próprio fato de não podermos detectar que fatores influenciaram o originador da variante. Outra dificuldade desse cânon é sua vulnerabilidade à manipulação de uma imaginação habilidosa – com suficiente ingenuidade, praticamente, qualquer leitura pode ser preparada no intuito de ser convincente.

J. W. Burgon chamou a atenção para o perigo relacionado com o uso de um sistema rígido de cânones, pelo simples fato de, comumente, os seus usuários tornarem-se escravos dele (Burgon, 1896, p. 66).

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, poderíamos propor o seguinte: as leituras bizantinas são antigas, e o texto bizantino, no sentido de WH, é *ineditado* e independente, ou seja, não passou por um trabalho de recensão. Isto é, não sendo produção dos textos alexandrino e ocidental, não depende deles no que respeita à sua atestação de leituras antigas.

Em decorrência disso, o texto bizantino constitui uma testemunha adicional, ao lado dos tipos de texto alexandrino e ocidental, remontando ao século II d.C. as suas leituras. Parece razoável concluir que ao texto bizantino deva ser dado o mesmo peso concedido aos textos alexandrino e ocidental no processo de avaliação da *evidência externa de leituras*.

Em outras palavras, muito trabalho em torno da restauração do texto original do Novo Testamento ainda há de ser levado adiante. Certamente, intenso debate tem havido desde as últimas décadas do século XIX quando WH desafiaram a supremacia do *textus receptus*.

Por outro lado, o questionamento de suas teorias, em seus pressupostos teológicos e no emprego dos métodos manuscritológicos, também tem enriquecido os labores da crítica textual, estimulando contínuas pesquisas e, conseqüentemente, o surgimento de novas discussões acadêmicas. Isso tem evitado a supremacia de qualquer das principais linhas concorrentes, a saber, a dos seguidores de Westcott-Hort e a pertencente aos discípulos de Burgon.¹⁴

REFERÊNCIAS

- ALAND, K.; ALAND, B. *Der Text des Neuen Testaments*. 26 ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1982.
- ALTANER, B., STUBIER, A. *Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1972.
- BRUGGEN, J. van. *De Tekst van het Nieuwe Testament*. Groningen: Uitgeverij De Vuurbaak, 1975.
- BURGON, J. H. *The Revision Revised*. London: John Murray, 1883.
- _____. *The Traditional Text of the Holy Gospels Vindicated and Established*. London: George Bell and Sons, 1896.
- COLWELL, Ernest C. *Studies in Methodology in Textual Criticism of the New Testament*. Leiden: E. J. Brill, 1969.

¹⁴ Faz-se mister lembrar que as dificuldades no âmbito da crítica textual giram em torno de somente 1/5 do Novo Testamento Grego – os problemas textuais chamados cruciais, tais como os que envolvem Mc 16.9-20 e Jo 7.53-8.11, a princípio, em nada alteram a revelação e a mensagem do Senhor Jesus Cristo. Entretanto, o exegeta deve inteirar-se da problemática crítico-textual, em linhas gerais, aprendendo a lidar com as pressuposições metodológicas básicas de cada corrente, a fim de poder chegar, com segurança, às suas próprias conclusões quando as diferentes opções textuais se lhe apresentarem.

- COLWELL, Ernest C. *What Is the Best New Testament?* Chicago: The University Chicago Press, 1952.
- GREENLEE, J. H. *Introduction to the New Testament Textual Criticism*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Pub. Co., 1964.
- KÜEMMEL, Werner G. *Introduction to the New Testament*. New York: Abingdon Press, 1966.
- METZGER, Bruce M. *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration*. 3.enl.ed. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- _____. Chapters in the History of New Testament Textual Criticism. In: *New Testament Tools and Studies*. Grand Rapids: Wm B. Eerdmans Publishing Co., 1963.
- MICHAELIS, W. *Einleitung in das Neue Testament*. Bern: Berchtold Haller Verlag, 1961.
- PICKERING, Wilbur N. *The Identity of the New Testament Text*. Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1980.
- STURZ, Harry A. *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism*. Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1984.
- WESTCOTT, B. F.; HORT, F. J. A. *Introduction to the New Testament in the Original Greek – with Notes on Selected Readings*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1882.
- ZIMMERMANN, H. *Neutestamentliche methodenlehre – Darstellung der Historisch – Kritischen Methode*. 7. ed. Stuttgart: Verlag Katholisches Bibelwerk, 1982.

ABSTRACT

Widely different views are currently held on the history and the usefulness of the type of the text represented by the mass of the later manuscripts of The New Testament. Because of this, settling the question of the Byzantine text-type is essential for any student of the New Testament who seeks a means of evaluating *external evidence for readings*. His judgment regarding the value and usefulness of the Byzantine text may often make the difference in whether the textual student follows the *reading* printed in his edited Greek text or prefers a *reading* the editors have relegated to the *critical apparatus*. The investigation lying behind this article aimed to determine valid reasons for making use of the Byzantine text-type as an early and independent *witness* to the New Testament. The article presupposes the conviction that such reasons exist, seeking to present a case for including the Byzantine text-type in the weighing of *external evidence* for various *readings* to the Greek text of the New Testament.

KEYWORDS

Readings, Byzantine text, Greek text, criticism, witness.